

CFG

Certificação ANBIMA de
Fundamentos em Gestão

Programa detalhado



Controle: D.02.80

Data da elaboração: 08/10/2020

Data da revisão: 30/09/2021

Vigência a partir de: 01/01/22

Elaborado por: Certificação ANBIMA

Aprovado por: Comitê de Certificação e/ou
Gerência de Certificação

Introdução

A indústria brasileira de fundos de investimento é responsável pela gestão de trilhões de reais em investimentos em mais de 20 mil fundos. Por trás de grandes números, temos um grupo seleto de profissionais responsáveis pelo bom funcionamento desses veículos de investimento: os gestores. O cargo que representa o topo da carreira no setor só pode ser exercido por quem tem certificação da ANBIMA.

A certificação necessária para atuar como gestor em qualquer veículo de investimento era a CGA (Certificação de Gestores ANBIMA). Com a evolução da indústria brasileira de fundos, enxergou-se a necessidade de revisar o seu formato para adequá-la à realidade de um mercado que não para de crescer: em número de fundos, em diversidade de ativos, em tipos de fundos, em patrimônio líquido e número de investidores. Essa transformação exige profissionais cada vez mais qualificados e com habilidades específicas para lidar com a sofisticação inerente ao crescimento da indústria, elevando a régua das responsabilidades dos gestores.

Assim, a certificação foi reformulada e dividida em três: CGA, CGE e CFG. A primeira é a CGA que já conhecemos, mas agora focada exclusivamente em habilitar profissionais a atuar com gestão de recursos de terceiros em carteiras administradas e fundos de investimento em renda fixa, ações, cambiais, multimercados e índices. Já a CGE permite que se atue com gestão profissional de recursos de terceiros em fundos de investimentos em direitos creditórios, fundos de investimentos imobiliários e fundos de investimentos em índices. A CFG (Certificação ANBIMA de Fundamentos em Gestão), por sua vez, atesta que o profissional tem conhecimento da base teórica do mercado de gestão, sendo pré-requisito para obter a CGA e a CGE.

A CFG surgiu para suprir uma lacuna identificada no mercado: não havia certificação para quem estava iniciando uma carreira no setor. As gestoras de recursos tentavam suprir o vácuo com outras certificações, mas elas eram sempre ou muito avançadas ou muito básicas para o cargo. Por ser uma certificação que atesta o conhecimento fundamental do setor, a CFG tem esse objetivo de ser a

porta de entrada para o mercado de gestão. Não é obrigatória para nenhuma função nem habilita o profissional a ser gestor, mas é um diferencial importante para quem quer trilhar carreira no setor. Neste documento, apresentamos os assuntos que são cobrados nas provas de certificação da CFG. O exame é composto por 12 temas que representam o conhecimento essencial para quem quer começar uma carreira no mercado de gestão profissional de recursos de terceiros. Nas próximas páginas, você conhecerá esses temas e os conteúdos específicos cobrados em cada um deles nos exames da CFG.

Este material é revisado periodicamente para incorporar novos assuntos, de acordo com o dinamismo e a evolução dos mercados. A legislação aplicável ao conteúdo do exame é aquele que se encontra vigente e eficaz em até 06 (seis) meses antes da data do exame.

1. MÉTODOS QUANTITATIVOS (PROPORÇÃO: DE 8 A 12%)

1.1 Valor do Dinheiro no Tempo

1.1.1 Taxas de desconto e taxas de juros

1.1.2 Frequência de capitalização (anual, semestral, trimestral, mensal, diária e contínua)

1.1.3 Valor presente e valor futuro

1.1.4 Anuidades e perpetuidades

1.2 Conceitos Básicos de Estatística

1.2.1 Medidas de tendência central: Médias (aritmética, ponderada e geométrica), Mediana, Moda, Quantis

1.2.2 Medidas de dispersão: variância e desvio-padrão

1.2.3 Covariância e Coeficiente de Correlação

1.3 Conceitos Básicos de Probabilidade

1.3.1 Valor esperado

1.3.2 Retorno esperado e variância de uma carteira

1.3.3 Variáveis aleatórias discretas e contínuas

1.3.4 Distribuições de probabilidade: normal, lognormal e t de Student

1.4 Amostragem, Estimação e Teste de Hipóteses

1.4.1 Amostragem

1.4.2 Distribuição da média amostral

1.4.3 Estimativas por ponto e por intervalo

1.4.4 Intervalo de confiança

1.4.5 Teste de hipóteses

1.5 Regressão Linear e Múltipla

1.5.1 Premissas

1.5.2 Variável dependente e variável independente

1.5.3 Termo aleatório

1.5.4 Coeficiente de Regressão

1.5.5 Coeficiente de Determinação (R^2)

1.5.6 *Forecasting* com modelos de regressão

1.5.7 Interpretação de resultados; teste t em um coeficiente de regressão

1.5.8 Análise de Variância (ANOVA)

1.5.9 Limitações da análise de regressão

1.6 Análise Técnica

1.6.1 Distinções entre análise técnica (ou grafista) e análise fundamentalista

1.6.2 Premissas da análise técnica

1.6.3 Vantagens e desafios da análise técnica

1.6.4 Principais indicadores da análise técnica

1.6.4.1 Indicadores de tendência

1.6.4.1.1 Médias móveis

1.6.4.1.2 Oscilador de média móvel

1.6.4.1.3 MACD – *Moving Average Convergence/Divergence*

1.6.4.1.4 Envelopes

1.6.4.1.5 Bandas

1.6.4.1.6 Movimento Direcional

1.6.4.2 Indicadores de Reversão

1.6.4.2.1 Índice de Força Relativa (IFR)

1.6.4.2.2 Estocástico

1.6.4.2.3 *Stop-and-Reverse* (SAR) Parabólico

1.6.4.3 Indicadores de Volume

1.6.4.3.1 *On Balance Volume* – OBV (Saldo de Volume)

1.6.4.3.2 Média Móvel de Volume

2. ECONOMIA (PROPORÇÃO: DE 3 A 7%)

2.1 Microeconomia

2.1.1 Oferta e Demanda

2.1.1.1 Princípios de Oferta e Demanda; preço de equilíbrio e equilíbrio de mercado

2.1.1.2 Movimento sobre as curvas de oferta e demanda: causas e efeitos

2.1.1.3 Deslocamento das curvas de oferta e suas formas inversas

2.1.1.4 Funções de oferta e demanda e suas formas inversas

2.1.1.5 Excesso de demanda e excesso de oferta

2.1.1.6 Excedente do consumidor e do produtor

2.1.1.7 Elasticidades

2.1.1.7.1 Elasticidade-preço da oferta e da demanda

2.1.1.7.2 Elasticidade cruzada da demanda

2.1.1.7.3 Elasticidade-renda da demanda

2.1.1.8 Regulação governamental e seus impactos sobre o equilíbrio de mercado

2.1.2 Demanda do Consumidor

2.1.2.1 Restrição orçamentária

2.1.2.2 Funções de utilidade

2.1.2.3 Curvas de indiferença

2.1.2.4 Bens normais e bens inferiores

2.1.2.5 Bens substitutos e bens complementares

2.1.3 Produção, Custos e Lucro da Firma

2.1.3.1 Fatores de produção

2.1.3.2 Economias e deseconomias de escala

2.1.3.3 Receita total, receita média e receita marginal

2.1.3.4 Lucro normal e lucro econômico

2.1.3.5 Condição de maximização do lucro

2.1.4 Estruturas de Mercado

2.1.4.1 Competição Perfeita

2.1.4.1.1 Mercados perfeitamente competitivos

2.1.4.1.1.1 Maximização de lucros

2.1.4.1.1.2 Tomadores de preços

2.1.4.1.1.3 Lucros e perdas econômicas

2.1.4.1.2 Curva de demanda de mercado e curva de demanda vista pela firma

2.1.4.1.3 Escolha da estratégia competitiva

2.1.4.1.4 Forças competitivas de um setor

2.1.4.1.5 Vantagens competitivas

2.1.4.1.5.1 Tipos

2.1.4.1.5.2 Estratégias e riscos

2.1.4.2 Monopólio

2.1.4.2.1 Características, origem e estratégias de preço

2.1.4.2.2 Monopólio vs. competição perfeita

2.1.4.2.3 Discriminação de preços

2.1.4.2.4 Regulamentação de um monopólio natural

2.1.4.3 Competição Monopolística e Oligopólio

2.1.4.3.1 Características da competição monopolística

2.1.4.3.2 Características de um oligopólio e seus modelos tradicionais

2.1.4.3.3 Modelo de firma dominante

2.1.4.3.4 Modelo de curva de demanda quebrada

2.1.4.3.5 Medidas de concentração e seus limites de utilização

2.1.4.4 Monopsônio e Oligopsônio

2.2 Macroeconomia

2.2.1 Indicadores Econômicos

2.2.1.1 Produto Interno Bruto (PIB) e Produto Nacional Bruto (PNB)

2.2.1.2 Inflação/deflação e o mercado financeiro. Indicadores de inflação: IGP (IGP-M, IGP-DI, IGP-10), INPC, IPCA

2.2.1.3 Nível de renda, nível de emprego, salários

2.2.1.4 Formação dos juros na economia

2.2.1.5 Taxas de juros e o mercado financeiro nacional: Taxa Selic, TLP, TBF, TR

2.2.1.6 A Taxa DI Over e o mercado interfinanceiro

2.2.2 Sistema Financeiro Nacional (SFN)

2.2.2.1 Atribuições dos órgãos e agentes reguladores: Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

2.2.2.2 Instituições financeiras: Bancos Múltiplos, Bancos de Investimento, Distribuidoras e Corretoras de Títulos e Valores Mobiliários, de Câmbio e de Futuros

2.2.2.3 Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB)

2.2.2.4 Câmaras de Compensação/Liquidação: B3 e SELIC

2.2.3 Política Fiscal e Governo

2.2.3.1 Necessidade de financiamento do setor público

2.2.3.2 Implicações para a dívida pública

2.2.3.3 Curva de Laffer

2.2.3.4 Efeito de *crowding-out*

2.2.3.5 Política fiscal expansionista e contracionista

2.2.4 Política Monetária, Moeda e Inflação

2.2.4.1 Funções da moeda

2.2.4.2 Criação e destruição de moeda

2.2.4.3 Agregados monetários

2.2.4.4 Inflação

2.2.4.4.1 Meta de inflação

2.2.4.4.2 Cálculo da taxa de inflação e deflação

2.2.4.4.3 Inflação não antecipada vs. antecipada e efeitos

2.2.4.4.4 Inflação e desemprego

2.2.4.4.5 Curva de Phillips de curto e longo prazo

2.2.4.4.6 Inflação na taxa nominal de juros

2.2.4.5 Instrumentos de política monetária: operações de mercado aberto, redesconto e depósitos compulsórios

2.2.4.6 Atribuições do COPOM e impacto das decisões

2.2.4.7 Relação entre juros e atividade econômica

2.2.5 Câmbio e Comércio Internacional

2.2.5.1 Determinantes da taxa de câmbio

2.2.5.2 Regimes de taxas de câmbio

2.2.5.3 Taxas de câmbio *spot* e *forward*

2.2.5.4 Apreciação e depreciação de moedas

2.2.5.5 Taxas de câmbio cruzadas

2.2.5.6 Câmbio e fluxos internacionais de capital

2.2.5.7 Balanço de Pagamentos e a Balança Comercial

2.2.5.8 Reservas internacionais

2.2.5.9 Relações de paridade entre as moedas

2.2.5.10 Cupom cambial

2.2.5.11 *Swap* cambial

3. ANÁLISE DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (PROPORÇÃO: DE 3 A 7%)

3.1 Principais demonstrações contábeis (CPC 26)

3.1.1 Balanço Patrimonial: componentes e itens monetários e não monetários

3.1.2 Demonstração do resultado do exercício (DRE)

3.1.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

3.1.4 Notas explicativas

3.2 Análise Financeira das Demonstrações Contábeis

3.2.1 Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA) (ou *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization – EBITDA*) e Lucro Operacional Líquido Após Impostos (ou *Net Operating Profit After Taxes – NOPAT*)

3.2.2 Índices de Liquidez

3.2.2.1 Liquidez Geral

3.2.2.2 Liquidez Corrente

3.2.2.3 Liquidez Seca

3.2.3 Índices de Solvência e Estrutura de Capital

3.2.3.1 Índice de Cobertura de Juros

3.2.3.2 Saldo de Tesouraria sobre Vendas

3.2.3.3 Participação de Capitais de Terceiros

3.2.3.4 Grau de Endividamento

3.2.4 Índices de Rentabilidade

3.2.4.1 Retorno sobre as Vendas

3.2.4.2 Retorno sobre o Ativo

3.2.4.3 Retorno sobre o Patrimônio Líquido

3.2.4.4 Margem Bruta

3.2.4.5 Margem Operacional

3.2.4.6 Margem Líquida

3.3 Identificação de manipulação de informações financeiras e detecção de possíveis fraudes

3.3.1 Manipulação de receitas

3.3.2 Manipulação do fluxo de caixa

3.3.3 Manipulação de indicadores chave das empresas

4. FINANÇAS CORPORATIVAS (PROPORÇÃO: DE 3 A 7%)

4.1 Orçamento de Capital

4.1.1 Período de *Payback* Simples

4.1.2 Período de *Payback* Descontado

4.1.3 VPL – Valor Presente Líquido

4.1.4 TIR – Taxa Interna de Retorno

4.1.5 Processo de orçamento de capital

4.2 Estrutura de Capital

4.2.1 Riscos de credores e acionistas

4.2.2 Estrutura de capital alvo

4.2.3 Teorema de Modigliani-Miller

4.2.4 Lançamento de ações e instrumentos de dívida corporativa

4.2.5 Grau de Alavancagem Operacional, Financeira e Total.

4.2.6 Custo de Capital

4.2.6.1 Custo do capital próprio: *Capital Asset Pricing Model (CAPM)* e *Discounted Dividend Model (DDM)*

4.2.6.2 Custo de capital de terceiros

4.2.6.3 Custo médio ponderado de capital (CMPC)

4.3 Proventos, Emissão e Recompra de Ações

4.3.1 Proventos (dividendos, bonificação em dinheiro e em ações, bônus de subscrição, juros sobre capital próprio), desdobramentos (*split*) e grupamentos (*inplit*): conceitos e impactos sobre os preços e quantidades das ações do investidor

4.3.2 Emissão e recompra de ações

4.3.3 Política de dividendos

4.3.3.1 Restrições de pagamentos de dividendos

4.3.3.2 Variação dos pagamentos de dividendos

4.3.3.3 Estágio de maturidade da empresa

4.3.3.4 Preferências de investidores

4.3.3.5 Aspectos tributários

4.3.3.6 Teoria da sinalização de dividendos

4.3.4 Impacto da política de dividendos no preço da ação

4.4 Reestruturação de empresas

4.4.1 *Spin-offs*

4.4.2 *Joint ventures*

4.4.3 Desinvestimento

4.4.4 Fusões e incorporações

4.4.5 Aquisições: *leveraged buyout (LBO)* e *management buyout (MBO)*

4.4.6 Cisões

4.5 Governança Corporativa

4.5.1 Objetivos, atributos e medidas de um sistema de Governança Corporativa

4.5.2 Conflitos de interesse entre administradores, conselheiros e acionistas

4.5.3 Conselho de administração: responsabilidades e fatores determinantes de eficiência

5. MERCADOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS (PROPORÇÃO: DE 13 A 17%)

5.1 Organização e funcionamento dos mercados financeiro e de capitais

5.1.1 Mercados primário e secundário de renda fixa e renda variável

5.1.2 Mercado de bolsa de valores e mercado de balcão

5.1.3 Formadores de mercado (*market makers*)

5.1.4 Tipos de ordens

5.1.5 Registro e Liquidação (SELIC e B3)

5.1.6 Mecanismos de ofertas públicas

5.1.6.1 Garantia firme

5.1.6.2 Melhores esforços

5.1.6.3 Leilão holandês

5.1.6.4 Coleta de intenções de investimento e recebimento de reservas (*bookbuilding*)

5.1.6.5 Distribuição de lote suplementar (*green shoe*)

5.1.6.6 Distribuição de quantidade adicional (*hot issue*)

5.1.6.7 *Competitive bids*

5.1.7 Processo de divulgação de ofertas públicas: consultas sobre a viabilidade das ofertas (*pilot fishing, predeal research, premarketing*, leitura de Mercado), definição da faixa de preços e apresentação para investidores (*roadshow*)

5.1.8 Funcionamento da B3

5.1.8.1 Venda a descoberto

5.1.8.2 Aluguel de ações

5.1.8.3 Compra de ações com uso de margem

5.1.8.4 Garantias

5.1.8.5 Custos de execução

5.1.8.6 Negociações à vista e a termo com ações

5.1.8.7 Margens no mercado acionário

5.1.8.7.1 Margem de manutenção

5.1.8.7.2 Chamada de margem

5.1.8.8 Segmentos especiais de Listagem na B3: Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado. Critérios de adesão/ listagem e os reflexos sobre o direito dos acionistas

5.2 Índices

5.2.1 Características estruturais

5.2.1.1 Índices acionários domésticos e globais

5.2.1.2 Índices de renda fixa domésticos e globais

5.2.2 Índices de bolsa de valores no Brasil: Índice Bovespa (Ibovespa), Índice Brasil (IBrX), Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC), Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), Índice de Energia Elétrica (IEE), Índice *Mid-Large Cap* (MLCX), Índice *Small Cap* (SMLL), Índice de Fundos de Investimento Imobiliário (IFIX) e Índice de Dividendos (IDIV)

5.2.3 Índices de bolsa de valores no exterior: S&P 500, Dow Jones, Nikkei 225, FTSE, Hang Seng, NASDAQ-100, MSCI World, MSCI *Emerging Markets*, Russell 2000

5.2.4 Índices de renda fixa no Brasil: Família de Índices IMA – Índice de Mercado ANBIMA (IMA-Geral, IRF-M, IMA-C, IMA-B, IMA-S),

5.2.5 Índices de renda fixa no exterior: Bloomberg Barclays Aggregate Bond Index, Bloomberg Barclays Emerging Markets Index, FTSE World Broad Investment-Grade Bond Index (WorldBIG), J.P. Morgan Emerging Markets Bond Index.

5.3. Renda Variável

5.3.1 Produtos

5.3.1.1 Ações: classificação (ordinárias e preferenciais)

5.3.1.2 *Units*

5.3.1.3 ADRs – *American Depositary Receipts*: conceituação, operacionalização, vantagens e tipos

5.3.1.4 BDRs – *Brazilian Depositary Receipts*: conceituação, operacionalização, vantagens e tipos

5.3.2 Rendimentos de Ações

5.3.2.1 Valor nominal, patrimonial, de liquidação e de mercado

5.3.2.2 Componentes da taxa de retorno

5.3.2.3 *Return on Equity* (ROE) e Modelo Dupont

5.4. Renda Fixa

5.4.1 Características de um título de renda fixa

5.4.1.1 Prazos de aplicação e relação com preços dos títulos

5.4.1.2 Características básicas (prazo, valor de face, taxa de cupom)

5.4.1.3 Pré-Fixados (com e sem cupom) e Pós-Fixados (Selic, IGP-M, IPCA)

5.4.1.4 Juros acumulados, preço limpo e preço sujo

5.4.1.5 Provisão de resgate antecipado

5.4.2 Princípios gerais de precificação de títulos de renda fixa

5.4.2.1 Preço de mercado; ágio e deságio; retorno exigido do investimento

5.4.2.2 Marcação na curva

5.4.2.3 Títulos corporativos versus títulos públicos; formação de preços

5.4.2.4 Processo de precificação

5.4.2.5 Fatores que impactam o preço do título

5.4.2.6 Taxa a termo

5.4.3 Setores e produtos

5.4.3.1 Mercado de títulos públicos e privados: estrutura, títulos negociados e formas de negociação

5.4.3.2 Títulos Públicos Federais: Letras do Tesouro Nacional (LTN), Letras Financeiras do Tesouro (LFT) e Notas do Tesouro Nacional (NTN)

5.4.3.3 Principais títulos privados: emissores, características, riscos, aspectos legais e de negociação, formas de contratos, vantagens e desvantagens, garantias e tipos

5.4.3.3.1 Certificado de depósito bancário (CDB)

5.4.3.3.2 Letras Financeiras (LF)

5.4.3.3.3 Debêntures

5.4.3.3.4 Notas Promissórias

5.4.3.3.5 Cédula de Crédito Bancário (CCB)

5.4.3.3.8 Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)

5.4.3.3.9 Letra Imobiliária Garantida (LIG)

5.4.3.3.10 Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI)

5.4.3.3.11 Letra de Crédito Imobiliário (LCI)

5.4.3.3.12 Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE)

5.4.3.3.13 Cédula de Produto Rural (CPR)

5.4.3.3.14 Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA)

5.4.3.3.15 Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA)

5.4.3.3.16 Letra de Crédito do Agronegócio (LCA)

5.4.3.3.17 Operações Compromissadas

5.4.3.4 Medidas de liquidez dos títulos

5.4.4 Análise de crédito

5.4.4.1 Processo de análise de crédito

5.4.4.2 Fatores de análise

5.4.4.3 Especificação e formalização de garantias; garantias real e flutuante; espécies quirografária e subordinada

5.4.4.4 Os cinco “Cs” do crédito: caráter, capacidade, capital, colateral e condições

5.4.4.5 Análise qualitativa

5.4.4.6 Análise quantitativa: demonstrações financeiras e técnicas estatísticas

5.4.4.7 Opiniões de agências de classificação de risco (*ratings*)

5.4.4.7.1 Tabela de classificação de risco das três principais agências internacionais: Moody’s Investor Services, Standard & Poor’s e Fitch Ratings

5.4.4.7.2 Consistência vertical e horizontal

5.4.4.7.3 Riscos na utilização de *ratings*

5.5 Mercados de Investimentos Alternativos

5.5.1 Características gerais de investimentos alternativos

5.5.2 Fatores de *due diligence*

5.6. Derivativos

5.6.1 Mercado doméstico de derivativos: características e instrumentos

5.6.1.1 Contratos e minicontratos de derivativos agropecuários e financeiros

5.6.1.2 Sistemas de garantias (margem, ajustes diários etc.)

5.6.1.3 Derivativos de balcão

5.6.2 Contratos Futuros e a Termo

5.6.2.1 Características gerais e operacionais

5.6.2.2 Precificação e negociação

5.6.2.3 Formação do preço futuro ou a termo

5.6.2.4 Principais contratos futuros e a termo

5.6.3 Opções

5.6.3.1 Características gerais e operacionais

5.6.3.2 Opções europeias e americanas

5.6.3.3 *Moneyness (in-the-money, at-the-money, out-of-the-money)*

5.6.3.4 Principais tipos de opções e de operações com opções: opção de compra (*call*), opção de venda (*put*), *caps* e *floors*, *collars*, *box*, *butterfly*, *straddle*, *strangle*, *call spread*, *put spread*

5.6.3.5 Opções com barreira (*up-and-in*, *up-and-out*, *down-and-in*, *down-and-out*)

5.6.3.6 Perda e ganho máximo, valor no vencimento, lucro/perda, preço de *break-even* para cada operação

5.6.3.7. Modelo de Black-Scholes e as “*gregas*”

5.6.4 *Swaps*

5.6.4.1 Características gerais e operacionais

5.6.4.2 Tipos de swap: moeda, taxas de juros, *credit default swap* e ações

5.7 Melhor execução de ordens (*best execution*)

5.7.1 Análise da execução das ordens

5.7.2 Procedimentos para a escolha de corretoras

5.7.3 Tratamento de serviços associados à corretagem (*soft dollars*)

5.7.4 Segurança das ordens (utilização de plataformas eletrônicas, gravação)

5.7.5 Equidade no tratamento de fundos e contas:

5.7.5.1 Grupamento e alocação de ordens

5.7.5.2 Transferência de ativos entre fundos

5.7.6 Resolução de erros de trading

6. TEORIA MODERNA DE CARTEIRAS E MODELOS DE PRECIFICAÇÃO DE ATIVOS (PROPORÇÃO: DE 8 A 12%)

6.1 Teoria da utilidade esperada

6.1.1 Definição de risco e retorno

6.1.2 Dominância estocástica

6.1.3 Formato das curvas de utilidade esperada

6.1.3.1 Saciabilidade

6.1.3.2 Aversão ao risco

6.1.3.3 Neutralidade ao risco

6.1.3.4 Propensão ao risco

6.2 Fronteira eficiente

6.2.1 Diversificação, risco e retorno

6.2.2 Risco e retorno de uma carteira com dois ou três ativos

6.2.3 A curva envoltória

6.2.4 Carteira de variância mínima

6.2.5 Construção da fronteira eficiente

6.2.6 Escolha da carteira ótima

6.3 A introdução do ativo livre de risco

6.3.1 O Teorema da Separação

6.3.2 A Linha de Mercado de Capitais (*Capital Market Line*)

6.3.3 Efeito da alavancagem

6.3.4 Relaxamento das hipóteses

6.3.4.1 Ausência de custos de transação e impostos

6.3.4.2 Possibilidade de vendas a descoberto

6.3.4.3 Financiamento à taxa sem risco

6.3.4.4 Homogeneidade das expectativas

6.4 Risco sistemático e não-sistemático

6.4.1 Risco sistemático

6.4.2 Risco não-sistemático

6.4.3 Efeito da diversificação

6.5 Beta e a reta característica

6.5.1 Beta e risco sistemático

6.5.2 Reta característica de um ativo

6.6 Modelos de Precificação de ações

6.6.1 *Capital Asset Pricing Model (CAPM)*

6.6.1.1 Hipóteses subjacentes

6.6.1.2 Construção da *Security Market Line (SML)*

6.6.1.3 Críticas ao modelo

6.6.2 *Dividend Discount Model (DDM)*

6.6.2.1 *Gordon Growth Model*

6.6.2.2 Modelos de crescimento multiestágios

6.6.3 Fluxo de Caixa Livre

6.6.3.1 Para o Capital Próprio (*Free Cash Flow to Equity – FCFE*)

6.6.3.2 Para a Firma (*Free Cash Flow to the Firm – FCFF*)

6.6.4 Múltiplos

6.6.4.1 Lucro por Ação (LPA)

6.6.4.2 Preço/Lucro (P/L)

6.6.4.3 Preço/Valor Patrimonial (P/VP)

6.6.4.4 Preço/Vendas (P/V)

6.6.4.5 Preço/Fluxo de Caixa (P/FC)

6.6.4.6 Dividend yield

6.6.4.7 Índice P/E-to-growth (PEG)

6.6.4.8 EV (*Enterprise Value*)/EBITDA

6.6.4.9 Multiplicador de lucros (*earnings multiplier*) para uma empresa

6.7 Modelos de Índice

6.8 Modelos Multifatores

6.8.1 Fatores e tipos de modelos

6.8.2 Modelos de fatores macroeconômicos

6.8.3 *Arbitrage Pricing Theory* (APT)

6.8.4 Modelos de fatores fundamentais

6.8.5 Aplicações dos modelos

7. FINANÇAS COMPORTAMENTAIS (PROPORÇÃO: DE 3 A 7%)

7.1 A perspectiva comportamental em finanças

7.1.1 Análise comparativa: finanças tradicionais e comportamentais

7.1.2 Teoria da Perspectiva (*Prospect Theory*)

7.1.3 Limitações cognitivas e decisões de investimento

7.2 Conceitos de psicologia e vieses comportamentais de indivíduos

7.2.1 Erros cognitivos

7.2.2 Vieses emocionais

7.3 Finanças comportamentais e o processo de investimento

7.3.1 Fatores comportamentais e a relação entre clientes e consultores de investimento

7.3.2 Finanças comportamentais e o processo de construção de carteiras

7.3.3 Anomalias de mercado

8. POLÍTICA DE INVESTIMENTO (*INVESTMENT POLICY STATEMENT – IPS*) (PROPORÇÃO: DE 3 A 7%)

8.1 O processo de gestão de carteiras individuais e institucionais

8.1.1 As etapas do processo: planejamento, execução e realimentação

8.2 A composição de um IPS individual

8.2.1 Definição do perfil situacional (ou financeiro) do investidor individual

8.2.1.1 Fontes da riqueza

8.2.1.2 Medidas da riqueza

8.2.1.3 Estágio de vida do investidor e suas fases

8.2.1.3.1 Fundação da riqueza

8.2.1.3.2 Acumulação da riqueza

8.2.1.3.3 Manutenção da riqueza

8.2.1.3.4 Distribuição da riqueza

8.2.2 Definição do perfil psicológico do investidor

8.2.2.1 Investidores cuidadosos, metódicos, espontâneos e individualistas

8.2.2.2 Aplicação de questionários de avaliação do grau de aversão a risco e/ou Análise do Perfil do Investidor (API)

8.2.3 Objetivos a serem estabelecidos em um IPS

8.2.3.1 Objetivos de retorno

8.2.3.2 Objetivos de risco

8.2.3.2.1 Capacidade de assumir riscos

8.2.3.2.2 Disposição de assumir riscos

8.2.4 Restrições a serem explicitadas em um IPS

8.2.4.1 Horizonte

8.2.4.2 Liquidez

8.2.4.3 Regulamentação

8.2.4.4 Impostos

8.2.4.5 Circunstâncias específicas

8.3 A composição de um IPS institucional

8.3.1 Entidades fechadas de previdência privada: planos de Benefício Definido (BD), de Contribuição Definida (CD) e de Contribuição Variável (CV)

8.3.1.1 Restrições legais para a aplicação de recursos

8.3.1.2 Superávit e déficit atuarial

8.3.1.3 *Asset-Liability Management* (ALM)

8.3.1.4 Estabelecimento de metas atuariais, índices de referência e alocações estratégicas

8.3.2 Entidades Abertas de Previdência Privada

8.3.2.1 PGBL e VGBl: definição, características, segregação em relação ao patrimônio da seguradora e tributação.

8.3.3 Seguradoras e demais Investidores Institucionais

9. ALOCAÇÃO DE ATIVOS (PROPORÇÃO: DE 13 A 17%)

9.1 Estratégias básicas de alocação de ativos

9.1.1 Ativa, passiva e semiativa

9.1.2 Estratégica e tática

9.1.3 Dinâmica e estática

9.2 Métodos de alocação

9.2.1 Média-variância (fronteira eficiente)

9.2.2 *Black-Litterman*

9.2.3 Simulação Monte Carlo

9.2.4 *Asset-Liability Management* (ALM)

9.3 Rebalanceamento de carteiras

9.3.1 Alterações nas circunstâncias do investidor

9.3.2 Desvios da alocação estratégica

9.3.3 Rebalanceamento regular vs. rebalanceamento percentual da carteira

9.3.4 Estratégias de rebalanceamento dinâmicas

9.3.4.1 *Buy and hold*

9.3.4.2 *Constant Mix*

9.3.4.3 *Constant Proportion Portfolio Insurance* (CPPI)

10. NOVAS TECNOLOGIAS EM FINANÇAS (PROPORÇÃO: DE 3 A 7%)

10.1 Fintechs e seus segmentos

10.2 Blockchain e *Distributed Ledger Technology* (DLT)

10.3 Abordagens quantitativas: *High-Frequency Trading, Robo-advisors, algo-trading, Machine Learning*

10.4 *Open Banking*

10.5 *Sandbox* Regulatório

10.6 *Regulatory Technology* (RegTech)

11. ÉTICA E AUTORREGULAÇÃO (PROPORÇÃO: DE 8 A 12%)

11.1 Princípios gerais de ética aplicada a profissionais de investimentos

11.2 Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para o Programa de Certificação Continuada

11.2.1 Definições (Capítulo I)

11.2.2 Objetivo e Abrangência (Capítulo II)

11.2.3 Princípios Gerais de Conduta (Capítulo IV)

11.2.4 Certificação Profissional ANBIMA para Gestores de Recursos de Terceiros (Capítulo VIII – Seção II)

11.2.5 Certificação Profissional ANBIMA para Gestão de Patrimônio Financeiro (Capítulo VIII – Seção III)

11.3 Regulação e Melhores Práticas

11.3.1 6 Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários

11.3.1.1 Definições (Capítulo I)

11.3.1.2 Objetivo e abrangência (Capítulo II)

11.3.1.3 Princípios gerais de conduta (Capítulo IV)

11.3.1.4 Regras gerais (Capítulo V)

11.3.1.5 Documentos da Oferta (Capítulo VII)

11.3.1.6 Selo ANBIMA (Capítulo IX)

11.3.1.7 Publicidade (Capítulo X)

11.3.2 Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Administração de Recursos de Terceiros e Diretrizes do Código de Administração de Recursos de Terceiros

11.3.2.1 Definições (Capítulo I)

11.3.2.2 Objetivo e Abrangência (Capítulo II)

11.3.2.3 Princípios Gerais de Conduta (Capítulo IV)

11.3.2.4 Regras e Procedimentos (Capítulo V). Segregação de Atividades (Seção II) e Segurança e Sigilo das Informações (Seção III)

11.3.2.5 Contratação de Terceiros em Nome dos Fundos de Investimento (Capítulo VI)

11.3.2.6 Administração Fiduciária (Capítulo VII). Obrigações gerais do administrador fiduciário (Seção I)

11.3.2.7 Gestão de Recursos de Terceiros (Capítulo VIII). Obrigações Gerais do Gestor de Recursos de Terceiros (Seção I)

11.3.2.8 Conselho Consultivo e Comitê Técnico e de Investimento (Capítulo X)

11.3.2.9 Exercício do Direito de Voto em Assembleia (Capítulo XI)

11.3.2.10 Anexo I – Fundos de Investimento 555 (Capítulos III a VIII)

11.3.2.11 Anexo II – Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (Capítulos III e V a IX)

11.3.2.12 Anexo III – Fundos de Investimento Imobiliário (Capítulos IV a VII)

11.3.2.13 Anexo IV – Fundos de Investimento em Índice de Mercado (Capítulo II)

11.3.2.14 Anexo V – Carteiras Administradas (Capítulo III)

11.3.2.15 Diretrizes de Classificação de Fundos de Investimento 555. Diretrizes do Código de Administração de Recursos de Terceiros

11.3.2.16 Diretrizes ANBIMA de Apreçamento. Diretrizes do Código de Administração de Recursos de Terceiros

11.3.3 Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas – Serviços Qualificados ao Mercado de Capitais

11.3.3.1 Objetivo e abrangência (Capítulo I)

11.3.3.2 Princípios gerais de conduta (Capítulo IV)

11.3.3.3 Regras e Procedimentos (Capítulo V). Seção I – Controles Internos e/ou Compliance; Seção II – Segregação de Atividades;

11.3.3.4 Atividades de Serviços Qualificados

11.3.3.4.1 Custódia (Capítulo IX)

11.3.3.4.2 Controladoria (Capítulo X)

12. LEGISLAÇÃO E REGULAÇÃO (PROPORÇÃO: DE 8 A 12%)

12.1 Normas legais e infralegais

12.1.1 Lei nº 6.385 – Lei do Mercado de Capitais, de 07/12/1976, e alterações posteriores

12.1.1.1 Das disposições gerais (Capítulo I)

12.1.1.2 Distribuição de valores mobiliários (Art. 19)

12.1.1.3 Da administração de carteiras e custódia de valores mobiliários (Capítulo VI)

12.1.1.4 Dos crimes contra o mercado de capitais (Capítulo VII-B)

12.1.1.5 Penalidades aplicáveis pela Comissão de Valores Mobiliários (Art. 11)

12.1.2 Regras gerais aplicáveis aos Fundos de Investimento, de acordo com a Lei nº 10.406 – Código Civil, de 10/01/2002, Livro III, Título III, Capítulo X – Do Fundo de Investimento, incluído pela Lei nº 13.874 – Lei da Liberdade Econômica, de 20/09/2019

12.1.2.1 Natureza (art. 1.368-C)

12.1.2.2 Competência Regulatória (arts. 1.368-C e 1.368-F)

12.1.2.3 Limitação de Responsabilidade de Cotistas (art. 1.368-D)

12.1.2.4 Limitação de Responsabilidade de Prestadores de Serviços (arts. 1.368-D e 1.368-E)

12.1.2.5 Classes de Cotas (art. 1.368-D)

12.1.2.6 Patrimônio Segregado (art. 1.368-D)

12.1.2.7 Responsabilidade dos Fundos de Investimento e Insolvência (art. 1.368-E)

12.1.3 Instrução CVM nº 558/2015 e alterações posteriores

12.1.3.1 Definição (Capítulo I)

12.1.3.2 Administrador fiduciário (Capítulos I e VII)

- 12.1.3.3 Gestor de Recursos (Capítulo I)
- 12.1.3.4 Requisitos para o registro (Capítulo II)
- 12.1.3.5 Prestação de informações (Capítulo IV)
- 12.1.3.6 Regras de conduta (Capítulo V)
- 12.1.3.7 Regras, procedimentos e controles internos (Capítulo VI)
- 12.1.3.8 Distribuição de cotas (Capítulo VIII)
- 12.1.3.9 Penalidades (Capítulo X)
- 12.1.4 Instrução CVM nº 400/03 e alterações posteriores
 - 12.1.4.1 Dispensa de registro ou de requisitos
 - 12.1.4.2 Conteúdo da oferta
 - 12.1.4.3 Opção de distribuição de lote suplementar
 - 12.1.4.4 Resultado da oferta e distribuição parcial
 - 12.1.4.5 Instituições Intermediárias
 - 12.1.4.6 Prospecto
 - 12.1.4.7 Consulta sobre a viabilidade da oferta
 - 12.1.4.8 Coleta de intenções de investimento
 - 12.1.4.9 Recebimento de reservas
 - 12.1.4.10 Normas de conduta
 - 12.1.4.11 Material publicitário
 - 12.1.4.12 Divulgação e período de distribuição
 - 12.1.4.13 Veracidade das informações
- 12.1.5 Instrução CVM nº 476/09 e alterações posteriores
 - 12.1.5.1 Aplicação
 - 12.1.5.2 Procedimento de Distribuição

- 12.1.5.3 Obrigações dos Participantes
- 12.1.5.4 Negociação dos Valores Mobiliários
- 12.1.6 Resolução CMN nº 4.661/18 e alterações posteriores
 - 12.1.6.1 Segmento Renda Fixa (Capítulo V, Seção I, Subseção I)
 - 12.1.6.2 Segmento Renda Variável (Capítulo V, Seção I, Subseção II)
 - 12.1.6.3 Segmento Estruturado (Capítulo V, Seção I, Subseção III)
 - 12.1.6.4 Segmento Imobiliário (Capítulo V, Seção I, Subseção IV)
 - 12.1.6.5 Segmento Exterior (Capítulo V, Seção I, Subseção VI)
 - 12.1.6.6 Limites de Alocação e Concentração por Emissor (Capítulo VI)
 - 12.1.6.7 Derivativos (Capítulo VIII)
 - 12.1.6.8 Fundos de Investimentos Constituídos no Brasil (Capítulo IX)
 - 12.1.6.9 Desenquadramento Passivo (Capítulo X)
 - 12.1.6.10 Vedações (Capítulo XI)
- 12.1.7 Resolução CMN nº 3.922/10 e alterações posteriores
 - 12.1.7.1 Da alocação dos recursos e da política de investimentos (Seção I)
 - 12.1.7.2 Dos segmentos de aplicação e limites (Seção II)
 - 12.1.7.3 Dos Limites Gerais e da Gestão (Seção III)
- 12.1.8 Legislação pertinente a planos de previdência privada
 - 12.1.8.1 Instrução CVM nº 555/14, art. 131
 - 12.1.8.2 Resolução CNSP nº 321/15 e alterações posteriores
 - 12.1.8.3 Resolução CNSP nº 348/17 e alterações posteriores
 - 12.1.8.4 Resolução CNSP nº 349/17 e alterações posteriores
 - 12.1.8.5 Resolução CMN nº 4.444/15 e alterações posteriores
- 12.1.9 Instrução CVM nº 539/13 e alterações posteriores

12.1.9.1 Conceito de investidor profissional (art. 9º-A).

12.1.9.2 Conceito de investidor qualificado (art. 9º-B).

12.2 Compliance

12.2.1 Obrigatoriedade (art. 10 e 11 do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Administração de Recursos de Terceiros)

12.2.2 Segregação de Atividades na Gestão (Resolução do CMN nº 2.451/97 e art. 12 do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Administração de Recursos de Terceiros) e gerenciamento de conflitos

12.2.3 Prevenção contra a lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo

12.2.3.1 Lei 9.613/98 e alterações posteriores

12.2.3.1.1 Dos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores (Capítulo I)

12.2.3.1.2 Das pessoas sujeitas ao mecanismo de controle (Capítulo V)

12.2.3.1.3 Da identificação de clientes e manutenção de registros (Capítulo VI)

12.2.3.1.4 Da Comunicação de Operações Financeiras (Capítulo VII)

12.2.3.1.5 Da responsabilidade administrativa (Capítulo VIII)

12.2.3.2 Instrução nº 617/20

12.2.3.2.1 Do âmbito e finalidade

12.2.3.2.2 Da avaliação interna de risco

12.2.3.2.3 Da identificação e monitoramento de funcionários e prestadores de serviços relevantes

12.2.3.2.4 Da identificação e cadastro de clientes

12.2.3.2.5 Do registro de transações

12.2.3.2.6 Do período de conservação dos cadastros e registros

12.2.3.2.7 Do monitoramento e da comunicação das operações

12.2.3.2.8 Do cumprimento de sanções de indisponibilidade de ativos impostas por resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas – CSNU

12.3 Tributação de ações (mercado à vista)

- 12.3.1 Tipos de investidores
- 12.3.2 Impostos aplicáveis e prazos legais
- 12.3.3 Fato gerador
- 12.3.4 Alíquotas
- 12.3.5 Base de cálculo
- 12.3.6 Agentes Responsáveis pelos Recolhimentos
- 12.3.7 Isenções e compensação de perdas

12.4 Tributação de títulos públicos e privados de renda fixa

- 12.4.1 Tipos de investidores
- 12.4.2 Impostos aplicáveis e prazos legais
- 12.4.3 Fato gerador
- 12.4.4 Alíquotas
- 12.4.5 Base de cálculo
- 12.4.6 Agentes Responsáveis pelos Recolhimentos